



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de _____ Mestrado em Ciência Jurídica _____

Unidade curricular

Direito Constitucional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof Doutor Carlos Blanco de Moraes (2 horas semanais)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pesquisa técnica, científica e jurisprudencial sobre o tema **Lei, norma jurisprudencial e reserva de Administração**

Conteúdos programáticos

Lei, norma jurisprudencial e reserva de Administração

1. Ações de Lei no Estado social de direito
2. Alcance da reserva de lei
3. A garantia da reserva de lei
4. O alcance vertical da Lei.
5. Da existência de uma reserva de Administração
6. Domínios reservados à Administração
7. Lei e regulamento
8. A Jurisprudência Constitucional na tensão entre a lei e a esfera de poder administrativo dos Governos
9. As decisões intermédias da Justiça Constitucional e os domínios reservados aos demais poderes do Estado
10. A norma jurisprudencial.
11. O efeito vinculante das orientações da Justiça Constitucional em controlo abstrato
12. Da vinculação das decisões da justiça constitucional em controlo concreto.
13. Os poderes substitutivos dos tribunais relativamente ao exercício das funções legislativa e administrativa
14. A usurpação de poderes e os correspondentes desvalores



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O exercício das três funções dominantes do Estado gera, frequentemente, incursões nos respetivos domínios as quais são objeto de diferentes reações do ordenamento. Enquanto em alguns sistemas jurídicos se permite à lei parlamentar prescindir de normas e atos administrativos de aplicação, noutros estabelecem-se reservas de regulamento e de ato administrativo, ao abrigo dos poderes de direção do Executivo sobre a Administração direta. E enquanto em certas ordens jurídicas a Justiça Constitucional é puramente cassatória, noutras ela produz normas que concorrem e prevalecem sobre as leis e que estabelecem orientações sobre a Administração.

No presente curso dissecar-se-á este fenómeno de delimitação de reservas e fronteiras entre a lei, a “norma jurisdicional” e os atos normativos e singulares da Administração.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

1. Exposição temática do regente; 2. Exposições dos mestrandos seguidos de debate e de uma apreciação crítica do regente; 3. Aulas de Professores e magistrados convidados; 4. Elaboração de relatório.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

-

Bibliografia principal

Nuno Piçarra “ A Reserva de administração”, “O Direito”, 1990, II.
Carlos Blanco de Moraes “Curso de Direito Constitucional”, I, Coimbra, 2022
Paulo Otero “Manual de Direito Administrativo”, I, Coimbra, 2013.
Marcelo Rebelo de Sousa -André Salgado de Matos “Direito administrativo geral”-I, 2010
Sérvulo Correia-Francisco Paes Marques “noções de Direito administrativo”, Coimbra, 2021.
Pedro Gonçalves “Manual de Direito Administrativo”, I, Coimbra, 2019.
J Reis Novais “ O Princípio da separação de Poderes e os Limites à Competência Legislativa da Assembleia da República”, Lisboa, 1997.

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit

Constitutional Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

. Carlos Blanco de Morais (Full Professor)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

1. Rule of law in the Welfare State
2. The horizontal range of the law
3. The guarantee of the reserve of law
4. The vertical range of the law.
5. the existence of reserve of administrative norms and ats
6. Domains reserved for administration
7. Law and Regulations
8. Constitutional jurisprudence in the tension between the law and the sphere of administrative powers of governments
9. The manipulative decisions of constitutional justice and the domains reserved for the other powers of the State
10. The jurisprudential norm.
11. The binding effect of the guidelines of constitutional justice in abstract control
12. Binding the decisions of constitutional justice in concrete control.
13. The substitutive powers of the courts regarding the exercise of legislative and administrative functions
14. The usurpation of powers

Syllabus

The exercise of the three main functions of the State often generates incursions into their domains which are the subject of different reactions of the juridical order. While in some legal systems the parliamentary law is allowed to dispense administrative acts of application, in other administrative act and regulation domains are established under the Executive's directive power of authority on direct administration. And while in certain legal orders constitutional justice is purely cassatory, in others it produces rules that compete and prevail over laws and establish guidance on the administration.

In the present course this phenomenon of reserves and boundaries between the law, the "jurisdictional norm" and the normative and unique acts of the administration will be researched and discussed

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

- Technical, scientific and jurisprudential research on the theme Law, Jurisprudential Standard and Administration Domain

Teaching methodologies (including evaluation)

1. Thematic presentation of the Professor; 2. Presentations of the master's students followed by debate and a critical appreciation of the Professors; 3. Lectures of teachers and invited magistrates; 4. Report elaboration by each student.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

-

Main Bibliography

Nuno Piçarra " A Reserva de administração", "O Direito", 1990, II.
Carlos Blanco de Morais "Curso de Direito Constitucional", I, Coimbra, 2022
Paulo Otero "Manual de Direito Administrativo", I, Coimbra, 2013.
Marcelo Rebelo de Sousa -André Salgado de Matos "Direito administrativo geral"-I, 2010
Sérvulo Correia-Francisco Paes Marques "noções de Direito administrativo", Coimbra, 2021.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Pedro Gonçalves “Manual de Direito Administrativo”, I, Coimbra, 2019.
J Reis Novais “ O principio da separação de Poderes e os Limites à Competência Legislativa da Assembleia da República”, Lisboa, 1997.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.